

Guarda.

Das origens à atualidade

Parte I
A Guarda da
Pré-história
ao final da Idade Média



POLI
TÉCNICO
GUARDA



A António de Almeida Santos (1926-2016), querido amigo, natural da região da Guarda, político eminente, jurista excepcional e escritor notável.

Fernando de Sousa

Guarda.

Das origens

à atualidade

Coordenação
Fernando de Sousa

Investigadores

Aires Diniz · Ana Isabel Coelho Silva · Anabela Matias · André Tomás Santos · António José de Almeida · Bruno Rodrigues · Carlos Caetano Cristina Cunha · Cristina Pimenta · Diogo Ferreira · Dulce Helena Borges Fernando de Sousa · Francisco Cepeda · Joana Lencart · Joaquim Brigas José Augusto de Sottomayor-Pizarro · José Pedro Paiva · Levi Manuel Coelho · Lúcio Cunha · Luís Marques · Luísa Trindade · Manuel Nazareth Manuel Pinto Teixeira · Maria Antonieta Garcia · Maria de Lourdes Machado-Taylor · Maria de Lurdes Craveiro · Maria Helena da Cruz Coelho · Maria Manuela Tavares Ribeiro · Paula Pinto Costa · Paulo Amorim · Pedro C. Carvalho · Pedro Sobral de Carvalho · Raquel Vilaça Ricardo Rocha · Rita Costa Gomes · Rui Jacinto · Valentín Cabero Diéguez



POLI
TÉCNICO
GUARDA



**TÍTULO**

Guarda. Das origens à atualidade

EDIÇÃO

Município da Guarda

INVESTIGAÇÃO

CEPESE – Centro de Estudos
da População, Economia e Sociedade

COORDENAÇÃO

Fernando de Sousa

AUTORIA

Aires Diniz, Ana Isabel Coelho Silva, Anabela Matias, André Tomás Santos, António José de Almeida, Bruno Rodrigues, Carlos Caetano, Cristina Cunha, Cristina Pimenta, Diogo Ferreira, Dulce Helena Borges, Fernando de Sousa, Francisco Cepeda, Joana Lencart, Joaquim Brigas, José Augusto de Sottomayor-Pizarro, José Pedro Paiva, Levi Manuel Coelho, Lúcio Cunha, Luís Marques, Luísa Trindade, Manuel Nazareth, Manuel Pinto Teixeira, Maria Antonieta Garcia, Maria de Lourdes Machado-Taylor, Maria de Lurdes Craveiro, Maria Helena da Cruz Coelho, Maria Manuela Tavares Ribeiro, Paula Pinto Costa, Paulo Amorim, Pedro C. Carvalho, Pedro Sobral de Carvalho, Raquel Vilaça, Ricardo Rocha, Rita Costa Gomes, Rui Jacinto, Valentín Cabero Diéguez

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ricardo Rocha

DESIGN EDITORIAL

José Miguel Reis > agradesign.pt

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica Maiadouro

ISBN

978-989-35302-4-5

DEPÓSITO LEGAL

528169/24

1.ª EDIÇÃO

Abril de 2024

Câmara Municipal da Guarda

Praça do Município 5A. 6300-854 Guarda

Tel.: +351 965 920 660

Email: geral@mun-guarda.pt

Web: www.mun-guarda.pt

Instituto Politécnico da Guarda

Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 50.

6300-559 Guarda

Tel.: +351 271 220 100

Email: assessoria@ipg.pt

Web: www.politecnicoguarda.pt

**CEPESE – Centro de Estudos
da População, Economia e Sociedade**

Rua Leonardo Coimbra, 63. 4200-365 Porto

Tel.: +351 226 073 770

Email: cepese@cepese.pt

Web: www.cepese.pt

Índice

Volume I	7	Nota de abertura Sérgio Costa, presidente da Câmara Municipal da Guarda
	9	Guarda, uma cidade duplamente europeia Joaquim Brigas, presidente do Instituto Politécnico da Guarda
	14	Introdução Geral
	34	A Guarda – Enquadramento Geográfico
		Parte I. A Guarda da Pré-História ao final da Idade Média
	54	Introdução
	58	1. O território da Guarda. Da Pré-História à ocupação romana
	214	2. A Guarda na Idade Média (séculos XI-XV)
	365	Índice Geral
Volume II		Parte II. A Guarda no Antigo Regime (séculos XVI a 1820)
	380	Introdução
	384	3. População
	420	4. Estruturas político-administrativas e fiscais
	462	5. Economia
	488	6. Sociedade
	564	7. Judeus e cristãos-novos
	602	8. Património artístico
	644	9. Urbanismo e arquitetura
	708	10. A Guarda eclesiástica
	769	Índice Geral
Volume III		Parte III. Tomo I. A Guarda na Época Contemporânea (1820-2020)
	786	Introdução
	790	11. Estruturas e comportamentos demográficos
	836	12. A Guarda, sede de Concelho e de Distrito Administrativo
	898	13. Estruturas económicas
	1042	14. Sociedade
	1228	15. Educação e cultura
	1335	Índice Geral
Volume IV		Parte III. Tomo II. A Guarda na Época Contemporânea (1820-2020)
	1348	16. Imprensa periódica
	1446	17. Acontecimentos políticos e militares
	1518	18. Urbanismo, arquitetura e outras artes
	1646	19. Cultura material e infraestruturas
	1698	20. As relações da Guarda com Espanha
	1720	Conclusão
	1729	Cronologia da cidade e concelho da Guarda
	1759	Fontes e Bibliografia
	1805	Notas sobre os Autores
	1813	Índice de Quadros e Gráficos
	1821	Índice Analítico
	1847	Índice Geral

2.º Desenho N.º 1
(1-10)

Esboço da planta da Cidade da Guarda

N.º 3434



Desenhado no Com.º. Gen.º de Eng.º. por D.ª D.ª Maria, Março de 85.

Conferido
Secretaria do Commando Geral d'Engenharia,
21 de março de 1885.
O Secretario interino
António Manuel de Sousa e Castro
Ten.º 2.º Reg.º

Figura n.º 1
Esboço da planta da cidade
da Guarda, 1885, Gabinete
de Estudos Arqueológicos de
Engenharia Militar, Direção de
Infraestruturas do Exército
(GEAEM/DIE)

Nota de abertura

Sérgio Costa*

Só podemos construir um futuro sustentável com o conhecimento académico e rigoroso da sua história e identidade. O sentido de pertença constrói-se com o cabal conhecimento do passado de um povo e das características geo-endógenas do lugar que habita. É deste modo que os seus habitantes se conectam com o lugar onde habitam, compreendendo a sua história pessoal e coletiva.

Este trabalho representa um passo em frente no conhecimento histórico da Guarda e da base da sua génese como centro urbano e sede de diocese, face a uma multissecular história, cujas influências e fronteiras assim determinaram.

O seu nome próprio – Guarda – distingue e identifica de forma específica a sua luta pela soberania na região fronteiriça entre o Reino de Leão, Riba Côa e a ameaça muçulmana, passando pelas Invasões Francesas, que aqui cometeram um dos seus maiores massacres em terras portuguesas.

A Guarda ganhou, por um passado sofrido com sangue e destino de fronteira, um dos seus cinco F's, mantendo e desenvolvendo novas e maiores funções administrativas e de gestão territorial, que lhe permitiram continuar a exercer a sua influência no contexto geográfico e político.

O Município da Guarda, em conjugação com o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, fundado pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida, e o Instituto Politécnico da Guarda, procuraram promover uma investigação rigorosa e justa, permitindo construir um saber alicerçado e inteligível do seu passado, que permitirá desenvolver um caminho sustentado que reforçará a sua identidade e as decisões futuras para o seu desenvolvimento.

Este trabalho científico e determinado vai permitir o desenvolvimento de muitos outros estudos e pensamentos sobre as potencialidades e as melhores decisões a tomar para a construção do futuro que desejamos para este território e esta nossa cidade.

Uma cidade que se confunde com o ideário da nação portuguesa, mas que anseia pelo cumprimento da sua vocação de cruzamento de caminhos, povos e culturas, localizada num espaço singular, geomorfologicamente denominado de península, mas que é, reconhecidamente, atlântico e europeu.

Hoje, reivindicamos para a Guarda o papel de um ambicioso hub ibérico e europeu, como defendeu o nosso maior ensaísta, Eduardo Lourenço, herdeiros de uma jangada de pedra que Saramago romanceou, como uma afirmação de destino de charneira entre continentes.

O nosso Centro de Estudos Ibéricos é filho pródigo dessa ideia de diálogo entre povos e continentes que, sendo europeus, partiram além-mar. Representantes de dois povos que iniciaram a globalização de uma Europa Medieval, que procurava outros horizontes. Dois povos que não recearam o desconhecido, sabendo que a Ibéria representava uma fronteira perante o inexplorado.

Perante o peso da nossa história, temos a responsabilidade de projetar a nossa capacidade de diálogo entre povos e culturas, da qual fomos exemplo. Temos a experiência de ser a fronteira mais antiga da Europa e a oportunidade de ser conciliábulo entre povos e a suas relações comerciais.

É esse HUB 3.0 que gostaríamos de determinar para o futuro da Guarda, cuja localização de interior não se definiu simplesmente por ser fronteira entre dois povos, mas que conseguiu contribuir para globalizar a cultura e religião europeia. É desta valiosa história que queremos partir para o nosso futuro, com decisões informadas e cientificamente alicerçadas, entendendo as causas e consequências dos acontecimentos, decidindo as políticas e decisões para melhorar as opções futuras dos seus responsáveis eleitos.

Este trabalho, coordenado por Fernando de Sousa, é essencial em democracia para a Guarda e a sua comunidade, pois teremos a ferramenta para conhecer em profundidade e de forma consciente o nosso passado e as suas origens, dando sentido e coerência interpretativa à sua evolução e aos seus eventos, explanando o conhecimento das suas fontes.

Agradeço penhoradamente ao CEPES e à vasta equipa de historiadores e investigadores que, com as dificuldades sobejamente conhecidas de carência de fontes e de estudos, realizaram um trabalho minucioso de alto rigor científico, que será, indubitavelmente, um marco na investigação histórica da Guarda.

Esta obra terá o mérito de contribuir para ajudar a moldar o futuro da Guarda de forma mais sustentável, informada e consciente, garantindo o desenvolvimento equilibrado do nosso querido território.

* Presidente da Câmara Municipal da Guarda

Guarda, uma cidade duplamente europeia

Joaquim Brigas*

Esta história da cidade da *Guarda: das Origens à Atualidade* é um dos primeiros frutos da cooperação estabelecida entre o centro de investigação CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, o IPG – Instituto Politécnico da Guarda e a Câmara Municipal da Guarda.

Trata-se de um projeto de investigação de grande qualidade que permite conhecer melhor a história da cidade e da sua região, as suas origens e o seu desenvolvimento. Para a produção deste livro conjugaram-se as produções de investigadores de diversas instituições de ensino superior e, também, o legado de investigadores locais com trabalho já feito sobre a história da Guarda.

Pela forma integrada como esse trabalho foi desenvolvido, quero, em primeiro lugar, saudar o Professor Doutor Fernando Sousa, presidente do CEPESE, a cuja liderança académica se fica a dever a possibilidade de conhecer a história da Guarda na sua plenitude, uma vez que foram investigadas áreas que até hoje não tinham sido valorizadas pela historiografia. Até este trabalho, a história da Guarda estava em boa parte por escrever. A partir desta obra, é possível definir melhor a identidade da própria cidade, na medida em que lhe foram acrescentados novos traços que estavam esquecidos ou que, simplesmente, eram desconhecidos.

Sobre esta publicação, de criterioso rigor académico, cumpre assinalar a profunda portugalidade da cidade, o seu patriotismo e, simultaneamente, a sua secular vocação europeia, conferida pelo seu carácter fronteiriço e transnacional.

Da Pré-História ao final da Idade Média, da Era Moderna à contemporaneidade, vale a pena analisar a evolução da demografia, da sociedade, da economia, do urbanismo e da arquitetura ao longo dos séculos. Mais proximamente, é preciso perceber o percurso da Guarda em quase cinco décadas de democracia, de liberdade e de desenvolvimento que sucederam ao 25 de Abril.

O impacto da integração europeia, tal como a importância do próprio Instituto Politécnico da Guarda na dinâmica da cidade e da região nas últimas décadas, permite compreender melhor a evolução que foi conseguida e os desafios que a comunidade guardense tem pela frente na década de 2020-2030.

A Guarda faz parte da Europa de duas formas: é uma cidade estruturante de um pequeno país atlântico e, ao mesmo tempo, é geneticamente uma cidade de montanha continental europeia.

O Centro de Estudos Ibéricos, que tem a missão de dinamizar a ligação em eixo do Instituto Politécnico da Guarda à Universidade de Coimbra e à Universidade de Salamanca, é um dos símbolos da aspiração desta cidade, e do seu Instituto Politécnico, a afirmar-se no contexto nacional, a participar na realidade peninsular e a integrar-se na Europa pelo conhecimento, pela inovação, pela arte, pela cultura e pelo humanismo. Testemunho desta integração é a recente adesão do IPG ao consórcio UNITA – Rede de Universidades de Montanha, de Altitude e de Fronteira, que envolve mais quatro países: Espanha, França, Itália e Roménia.

É esta Guarda que é preciso conhecer, integrar e valorizar. É na construção futura desta cidade e deste território que o Instituto Politécnico da Guarda está totalmente empenhado, acrescentando conhecimento, ciência e inovação à cidade onde está sediado e da qual faz parte.

A história da Guarda continua, a partir do que está fixado neste livro, pelos séculos dos séculos. O IPG faz parte integrante desse futuro.

* Presidente do Instituto Politécnico da Guarda



Figura n.º 2
Casas comerciais na Guarda
nos finais da década de 1940.
Foto de António Correia.
Centro de Documentação do
Museu da Guarda/CDMG.F.V.



→ Figura n.º 3
Vista da Praça Velha,
atual Praça Luís de
Camões, com a Casa da
Câmara quinhentista e
a Sé Catedral ao centro.
Foto de António Correia.
Centro de Documenta-
ção do Museu da
Guarda/CDMG.D.P



Introdução geral

Fernando de Sousa

A Guarda não pode ser plenamente compreendida à margem da posição que ocupa no contexto nacional, regional e mesmo local. A posição geográfica, associada ao quadro natural e ao ambiente humano que a rodeia, condicionaram o papel e as funções que a cidade desempenhou ao longo da história, como o sítio onde se implantou determinou a sua expansão e morfologia, imprimindo-lhe especificidades que a marcam nas suas funções mais íntimas. As transformações sociais, as funções e vicissitudes que a sua economia conheceu, os momentos marcantes da história recente têm de ser lidos a partir deste pano de fundo (JACINTO, 2004: 18).



A Guarda, centro urbano e sede de Diocese, assim como o seu concelho ao presente, constitui uma realidade complexa, fruto de uma multissecular História que remonta à Alta Idade Média, às origens e afirmação do Reino de Portugal, que procurava, por um lado, garantir a sua soberania na região fronteiriça, o território de Riba Côa, com o Reino de Leão, e, por outro lado, travar as incursões muçulmanas vindas do Sul.

Criada pelo foral de 1199, muralhada e acastelada pouco depois, favorecida com privilégios para atrair colonos e aumentar a sua população, enobrecida com a passagem da sede da Diocese de Idanha para o novo burgo transformado em *Cidade*, a Guarda, configurando-se “como uma retaguarda no domínio desse espaço fronteiriço” (COELHO, 1999: 20), vai conhecer um destino singular, rapidamente afirmando a sua primazia sobre os demais aglomerados urbanos da Beira Interior.

À medida que o seu papel militar se foi esvaziando, a Guarda, durante o Antigo Regime, soube adquirir novas funcionalidades e serviços enquanto sede de Provedoria, de Comarca e de Almojarifado, o que lhe permitiu manter a sua importância no contexto regional. E quando essas entidades administrativas, judiciais e fiscais desapareceram com a instauração definitiva do Liberalismo em Portugal (1834), a Guarda tornou-se sede de Distrito Administrativo, mantendo assim a sua tradicional área de influência, que veio praticamente até ao presente, seguramente até 2011, quando os Governos Cívicos de Portugal foram extintos.

Tendo em consideração que a História da Guarda e seu Município, apesar dos contributos de alguns investigadores e curiosos, estava ainda por fazer, a Câmara Municipal da Guarda e o Instituto Politécnico da Guarda, em parceria, decidiram convidar o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, fundado, sob os auspícios da Fundação Calouste Gulbenkian, pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida, para, à semelhança do que já tinha feito para Bragança, elaborar uma *História da Cidade da Guarda* que, com rigor, profundidade e inteligibilidade, desse a conhecer o passado deste burgo, numa perspetiva diacrónica, tanto quanto as fontes e a bibliografia existentes o permitissem. Não há História sem a produção erudita dos dados, apoiada em documentos, de forma a dar-se coerência e sentido ao processo histórico, utilizando-se o método explicativo e interpretativo. “Só podemos conhecer o que as fontes nos dizem” (CANNADINE, 2006: 199).

Para dar um contributo substancial, e sob alguns aspetos definitivo, ao conhecimento do passado da Guarda, o CEPESE reuniu uma equipa constituída por historiadores, geógrafos, economistas, arqueólogos e outros investigadores das Ciências Sociais e Humanas que se têm debruçado sobre a história da Guarda, equipa esta que se deparou com problemas não negligenciáveis para cumprir com êxito a missão que assumiu.

Em primeiro lugar, a pobreza das fontes e da própria bibliografia existentes para a História da Guarda, o que obrigou a uma pesquisa demorada e nem sempre compensadora para se encontrar a informação pretendida, em arquivos e bibliotecas nacionais e locais, nomeadamente na Biblioteca Nacional (BNP), no Arquivo da Assembleia da República (AAR), no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), e ainda no Arquivo Distrital da Guarda (ADGRD), no Arquivo Municipal da Guarda (AMG) e na Biblioteca Eduardo Lourenço. A título de exemplo das dificuldades encontradas, refira-se que os livros dos acórdãos e atas da Câmara da Guarda só existem a partir de 1857!

Em segundo lugar, o facto de muitas das fontes de que dispomos terem como quadro de referência, no Antigo Regime, a comarca ou a provedoria, e nos séculos XIX e XX, o distrito e não o concelho, levantando assim a questão de se saber até que ponto é possível extrapolar para a Guarda a realidade socioeconómica e cultural captada no Antigo Regime ao nível da sua comarca e provedoria, ou, após 1835, nos inquéritos, relatórios, memórias e correspondência de âmbito distrital.

Por outro lado, a informação quantitativa que eventualmente exista quanto à economia do concelho da Guarda no século XIX só teria interesse se nos aparecesse desagregada ao nível das freguesias, uma vez que o Município, até 1834, mantém praticamente a mesma área, mas, a partir de então, vai alterar, por várias vezes, a sua superfície, em função do número de freguesias que perdeu e ganhou face a outros concelhos, o que dificulta qualquer comparação no tempo. Acresce ainda o facto de a informação de natureza quantitativa, até à década de 1860, nos ser fornecida em unidades de peso e medida típicas do Antigo Regime (arrobas, arráteis, moios, canadas, etc.), ao passo que, a partir de 1870, os valores passam a ser apresentados de acordo com o sistema métrico, entretanto adotado, o que levanta algumas dúvidas quanto aos resultados obtidos a partir da conversão daqueles.

Em terceiro lugar, importa referir que as fontes utilizadas para a obtenção das informações de natureza económica, mesmo para a segunda metade do século XIX, são rudimentares, devendo ser lidas como uma ordem de grandeza e não como uma notação estatística rigorosa. Vejam-se, a título de exemplo, nos primeiros censos da população efetuados a partir de 1864, as omissões e erros detetados, ou as próprias observações de Rodrigo Morais Soares ao recenseamento dos gados de 1870, sustentando que os resultados obtidos estariam 20 a 25% abaixo do seu real número. Ou a discrepância dos números quanto à produção anual dos principais produtos agrícolas ou do número de cabeças de gado existentes no concelho da Guarda da segunda metade do século XIX, que apresentamos no capítulo relativo à economia. Torna-se, assim, necessário olhar para os números que apresentamos com sentido crítico.

Em quarto lugar, e de não somenos importância, o estudo do passado da Guarda desde as suas origens remotas tem sido ignorado. A multissecular história do Município da Guarda constitui uma realidade mista de luzes e sombras, em que as partes iluminadas são bem mais reduzidas do que aquelas que jazem na penumbra, ou mesmo na escuridão.

Não porque a Câmara Municipal da Guarda, nas últimas décadas, não tenha acarinhado e apoiado boa parte dos trabalhos que se têm debruçado sobre a história deste concelho, mas antes porque investigadores e curiosos, durante muito tempo, em publicações autónomas e em revistas, insistiram sobre os mesmos temas, de forma avulsa, descritiva e pouco original, só raramente consultando as fontes primárias. Por outro lado, também a Universidade, através de teses de doutoramento aí apresentadas, não tem contribuído significativamente para que a fronteira do território desconhecido, no que concerne ao passado da Guarda, vá recuando. E o mesmo acontece quanto aos Institutos Politécnicos, nomeadamente o Instituto Politécnico da Guarda, sendo raras as teses de mestrado sobre a história da Guarda, como veremos mais adiante – o que se justifica, dada a natureza dos cursos que ministra.



← Figura n.º 1
Sanatório Sousa Martins,
Guarda, maio de 1918.
Fundo de Fotografia
Aurélio da Paz dos Reis.
PT/CPF/APR/001-001/
004284. Imagem cedida
pelo Centro Português
de Fotografia

Que fatores ajudaram a explicar que, durante tanto tempo, a Guarda não tivesse, como Bragança, por exemplo, outra cidade da região fronteiriça com Espanha, investigadores da fibra de Francisco Manuel Alves, o célebre abade de Baçal, ou de José de Castro (apesar de algumas imprecisões), Hironidino Fernandes, Francisco Cepeda e Alexandre Rodrigues, que, pelo menos, recolhessem as fontes históricas, transcrevendo-as e publicando-as quando possível, ou fornecendo-nos estudos metódicos, críticos, assentes em fontes documentais?

Dois historiadores, José Pinharanda Gomes e Adriano Vasco Rodrigues, tutelaram durante décadas a investigação histórica da diocese e cidade da Guarda, deixando-nos uma vasta produção, útil sem dúvida, mas carecendo de metodologia segura e do aparato crítico que se exige em trabalhos científicos – nomeadamente, a citação rigorosa das fontes e bibliografia consultadas, o contexto histórico em que se situam as fontes, a problematização que constitui, como escreveu Lucien Febvre, o verdadeiro quadro da investigação, a marca pessoal de todo o historiador.

Pinharanda Gomes, que verdadeiramente era mais um homem de cultura do que um historiador, redigiu a *História da Diocese da Guarda* (1981), porventura o seu trabalho mais notável, “mas que carece de base empírica suficiente e resultou numa narrativa expositiva pouco coerente” (PAIVA, 2016a, I: 14).

Vasco Rodrigues, que escreveu de tudo e sobre tudo o que diz respeito ao distrito e cidade da Guarda, na sua *Guarda. Monografia* (2000), o seu trabalho de maior fôlego, dá-nos apenas uma resenha de factos, títulos e informações desprovidos de sequência lógica, não fundamentado em fontes históricas primárias, de tal modo que se revela pouco útil para o estudo do passado da Guarda e seu concelho, embora os seus textos sobre arqueologia da região sejam valiosos.

Será que os historiadores guardenses da segunda metade do século XX não dispunham de fontes relativas à cidade da Guarda? Para investigarem a história da Guarda e publicarem os documentos mais importantes quanto à cidade, sede de concelho, comarca, provedoria, distrito e de diocese, esta erigida praticamente aquando da criação do Município – não falando



↑ Figura n.º 2
Vista aérea da Guarda
no último quartel do
século XX. Fundo de Foto-
grafia Estúdios Tavares da
Fonseca, Lda. PT/CPF/TAV/
VA/0030/000006. Imagem
cedida pelo Centro Português
de Fotografia

já do Arquivo Nacional –, aqueles estudiosos dispunham dos fundos documentais existentes em quatro arquivos ali localizados: o Arquivo Municipal e o Arquivo Diocesano, teoricamente a partir do século XIII; o Arquivo do Governo Civil, desde 1835 até 2011; e o Arquivo Distrital da Guarda, criado em 1984. Será que nestes arquivos não existiam fontes primárias suscetíveis de serem publicadas ou darem azo a trabalhos originais?

O *Arquivo Municipal*, em finais do século XIX – informa José Osório da Gama e Castro –, apenas se reduzia a um livro de forais e ao livro de avaliação dos ofícios da Comarca da Guarda, em 1689 (1902: XXI). Algo mais existe, nomeadamente para o Antigo Regime – legislação e cartas régias avulsas (séculos XVII-XVIII), um ou outro livro de termos da Câmara Municipal, contas, arrendamento de prazos (século XVIII) e ainda alguns livros manuscritos dos fundos de concelhos extintos, como Lamegal e Jarmelo, sobretudo para o século XIX.

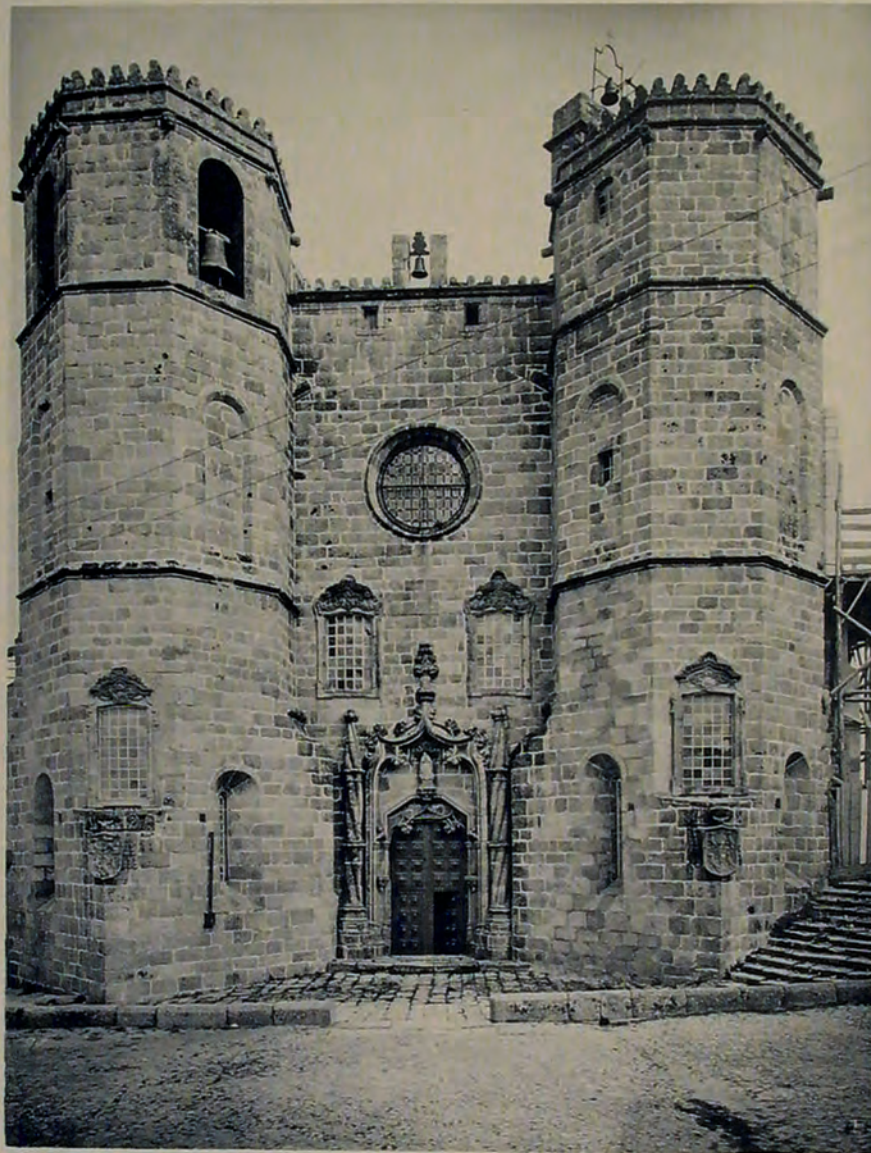
Para os séculos XX e XXI, o Arquivo Municipal da Guarda revela-se mais volumoso, embora a sua coleção mais importante, constituída pelos livros de atas da Câmara, comece apenas em 1857 e apresente várias lacunas, pelo menos até 1923. As destruições provocadas pelos Franceses entre 1807-1811 poderão eventualmente explicar a pobreza deste Arquivo antes do século XIX. Mas que dizer da inexistência total das séries documentais relativas à primeira metade do século XIX, e da ausência parcial, até ao século XXI, das coleções de fontes que evidenciam as funções e competências de qualquer município na Época Contemporânea?

Já no século XX, o *Correio da Beira*, de 25 de outubro de 1956, se referia à “transferência do Arquivo da Câmara Municipal para a casa que o Município recebeu, por doação da ilustre família Lopo de Carvalho”, constituído por “velhos e deteriorados documentos”. O responsável por esta tarefa foi Adriano Vasco Rodrigues, que, em 7 de fevereiro de 1957, informava o estudioso José Cardoso que encontrara “grande quantidade de manuscritos respeitantes às Câmaras da Guarda, Jarmelo e Valhelhas”. Estes manuscritos, “devido à humidade, estavam em risco de perder-se”, tendo Vasco Rodrigues organizado, na casa de Lopo de Carvalho, “um arquivo provisório que conta já com três salas”. “A servir de capas a manuscritos dos séculos XVII e XVIII, encontramos pergaminhos medievais dos séculos XIV e XV, uns são folhas arrancadas de missais e livros de canto, outros, autênticos e valiosos documentos manuscritos”. Alguns destes pergaminhos foram integrados nas coleções do então Museu Regional da Guarda, tendo-se os restantes extraviado depois de retirados deste arquivo provisório.

Desconhecemos o destino de boa parte destas fontes históricas. O que sabemos, como é do conhecimento público na cidade da Guarda, é que, mais tarde, na transferência da Câmara e respetivos serviços para novas instalações, que ocorreu em 1993, muita documentação – os “papéis velhos” – foi destruída!

Para concluir este panorama desolador – o mais grave que conhecemos quanto aos arquivos municipais das principais cidades portuguesas –, sublinhe-se que o Arquivo se encontra dividido entre as instalações da Câmara e da Biblioteca Municipal, que não há qualquer inventariação do mesmo e muito menos a sua digitalização, que importa urgentemente efetuar-se para preservar o pouco que resta, dar a conhecer a investigadores e ao grande público o que existe e limitar drasticamente o acesso aos originais, alguns dos quais em muito mau estado. A fim de salvar o pouco que resta, o CEPESE teve oportunidade de digitalizar, em 2020, os Livros de Atas da Câmara Municipal da Guarda, num total de aproximadamente duas centenas de volumes.

Quanto ao *Arquivo da Diocese da Guarda*, os testemunhos de Alexandre Herculano, em 1853, e de José Osório da Gama e Castro, em finais do século XIX, são suficientemente elucidativos, considerando que o seu acervo, devido à “devastação dos Franceses, ou pelo incêndio em parte (e esta talvez seja a principal causa do descalabro), ou por desleixo inveterado”, era muito pobre.



A ARTE E A NATUREZA EM PORTUGAL
(REGISTADO)

EMILIO BIEL & C.^o EDITORES

Fachada principal da Sé
GUARDA

Observações de Alexandre Herculano sobre o Arquivo da Diocese da Guarda (1853)

A estes acidentes acresce a deterioração permanente que o desleixo e a ignorância produzem. No cartório de certa corporação [Cabido da Guarda], lançado pela janela fora durante a Guerra Peninsular por alguns soldados franceses, e de que só uma pequena parte foi recolhida, achou-se ainda em 1853 incrustado nos pergaminhos o lodo em que estiveram mergulhados durante alguns dias; tal tinha sido o desvelo da corporação acerca dos monumentos que salvara. Não sabemos se é das que bradam contra a ofensa feita ao seu direito de propriedade.

Fonte: Alexandre Herculano. 1939 [1873]. "Do estado dos archivos ecclesiasticos do Reino e do direito do Governo em relação aos documentos ainda n'elles existentes. Projecto de consulta submetido á segunda classe da Academia Real das Sciencias. 1857". In *Opusculos por A. Herculano. Tomo I. Questões publicas*, sexta edição. Lisboa: Livraria Bertrand, p. 243.

Testemunho de José Osório da Gama e Castro sobre a destruição do arquivo diocesano na Sé da Guarda (1899)

A propósito das cartas régias de D. Dinis que acabo de citar, consigno aqui a seguinte lembrança. Em 1899, visitando a casa do capítulo da Catedral da Guarda, em companhia do distinto arquiteto, sr. Rosendo Carvalheira, com o fim de se verificar a necessidade de desafrontar o monumento daquele vergonhoso apêndice e resolver a sua mudança, ainda ali vimos, além de bastantes pergaminhos e documentos antigos, em parte dilacerados pelos ratos, noutra comidos pela humidade, impiedosamente amarfanhados e metidos em caixotes velhos, de mistura com toda a sorte de lixo e imundícies, preciosas cartas régias dos primeiros monarcas portugueses, distinguindo-se as de D. Dinis, e outras até de D. Duarte, pelo seu perfeito estado de conservação, em que muito admirámos sobretudo os selos pendentes em cera e chumbo, quase intactos e, pela maior parte, completos. Algum cônego misericordioso, e menos indiferente às preciosidades históricas, as havia juntado e acautelado dentro de uma pasta ou bolsa de pergaminho, e ali escaparam até àquela data ao vandalismo inacreditável de que tem sido vítima aquele arquivo.

Já o bem conceituado cronista da ordem seráfica, Fr. Manuel da Esperança, que escrevia no meado do século XVII, tendo ido à Guarda no intuito de documentar as suas árduas e bem dirigidas investigações históricas, declara ter encontrado aquele arquivo *tão indigesto* (sic) que lhe não foi possível aproveitar dele coisa de jeito para o seu trabalho, não obstante a *grande cópia e riqueza dos documentos ali existentes a montão sem ordem ou nexo algum*; mas modernamente, outro facto, não menos sugestivo, do desmazelo e desleixo dos cônegos com o seu precioso arquivo corre como certo na Guarda. Como se sabe, Alexandre Herculano foi autorizado, em benefício dos seus estudos históricos, a visitar e examinar os arquivos do Reino, e foi também à Guarda, sendo-lhe ali facultado o da Catedral, que a esse tempo estava já muito depauperado, quer por um incêndio que diz ter ali ocorrido, quer pela devastação operada pela Invasão Francesa. Limitado o trabalho de ordenação e classificação dos documentos pelo número restrito que escapara, e feito o seu exame, deixou-os Herculano metodicamente dispostos sobre uma grande mesa que existia na sala do capítulo, e recomendou muito aos cônegos que mandassem substituir, por outros novos, os velhos e carcomidos armários onde se guardavam a esmo, e ali os arrecadassem e conservassem segundo a ordem por que os tinha posto, mercê das suas fadigas.

Isto sucedia por volta de 1840 e, segundo me informaram, quando em 1889 ali estive com o sr. Carvalheira, haviam na véspera metido os documentos à pressa nos antigos armários, únicos que ali vimos, tendo até então permanecido, durante mais de *meio século*, em cima da mesa das sessões capitulares, onde desde muito não abancam os cônegos, que celebravam as suas reuniões noutra local, pelo estado de ruína em que estava a casa do capítulo. Se assim é, e apesar dos



↑ Figura n.º 3
José Osório da Gama e Castro.
Fundo de Fotografia José Osório
da Gama e Castro. PT/CPF/
JOC/000150. Imagem cedida pelo
Centro Português de Fotografia

← Figura n.º 4
Fachada principal da Sé da Guarda.
Coleção Nacional de Fotografia/
/Subcoleção Alcídia e Luís Viegas
Belchior. Foto de J. A. Cunha
Moraes. PT/CPF/CNF-CALVB/
0026/000027. Imagem cedida pelo
Centro Português de Fotografia



bons testemunhos, custa a crer, avalie-se da porcaria, do lixo em que estariam sepultados aqueles preciosos documentos por tantos anos, bem como dos delitos que lhes causariam os ratos e a humidade, a chuva mesmo, estando assim ao desamparo numa casa abandonada e em ruína!

Por ocasião da aludida visita que ali fiz, protestei logo varrer a minha testada; e, com efeito, denunciei o vandalismo, dias depois, em Lisboa, na Direção-Geral de Instrução Pública, reclamando do ilustre ministro do Reino as necessárias providências para salvamento do pouco, mas ainda muito precioso, que restava ao Arquivo egitaniense. Chegaram a expedir-se ordens nesse sentido; mas a ameaça da *peste bubónica* que, por esse tempo, se manifestou no Porto, desviaram e absorveram as atenções do Governo, e as minhas próprias, perdendo-se o ensejo de realizar essa obra benemérita.

Fonte: CASTRO, José Osório da Gama e. 1902. *A Diocese e districto da Guarda. Serie de apontamentos historicos e tradicionaes sobre as suas antiguidades; algumas observações respeitantes á actualidade; e notas referentes á cathedral egitaniense e respectivos prelados*. Porto: Tipografia Universal, nota de rodapé n.º 1, pp. 161-163.

No que diz respeito ao *Arquivo do Governo Civil da Guarda* (1835-2011), assim como dos corpos distritais, direções e repartições existentes durante este período que, direta ou indiretamente, se encontravam ligados àquele órgão, tal acervo integra parcialmente o Arquivo Distrital da Guarda, encontrando-se em razoável estado de conservação. É evidente que a natureza do seu âmbito é distrital, havendo necessidade de se procurar a informação sobre o concelho da Guarda, importante, certamente, dada a pobreza do Arquivo Municipal, a exigir demorada investigação, mas que foi consultada por nós.

O recente Arquivo Distrital da Guarda conserva, para além do Arquivo do respetivo Governo Civil e de múltiplos órgãos e serviços a ele associados, outros arquivos ou fundos documentais – judiciais, notariais, paroquiais e de registo civil –, também de âmbito distrital, de muita importância para o conhecimento da sociedade e economia da região – contratos, escrituras, testamentos, doações, nascimentos, casamentos e óbitos –, igualmente passíveis de uma ou outra consulta para esclarecer alguma dúvida, mas incompatíveis com a natureza da História da Guarda que se apresenta.

Em resumo, não podemos imputar às Invasões Francesas a reduzida dimensão dos arquivos municipal e diocesano da Guarda, mas, mesmo que assim fosse, não se justifica que a produção historiográfica tradicional de natureza local ou regional não tenha produzido, durante várias décadas, obras de fôlego e de referência. Continuou a faltar aos investigadores o trabalho de arquivo, a consulta morosa mas laboriosa das fontes documentais (escassas, certamente), da sua transcrição e publicação, que hoje seriam imprescindíveis para aqueles que se preocupam com o passado da cidade. A “inteligência” guardense, ao longo dos séculos XIX e XX, ao contrário do que aconteceu com outros municípios de Portugal, não soube acautelar o seu Arquivo Municipal para, a partir dele, do seu Arquivo Distrital e dos arquivos nacionais, dar contributos significativos para a construção da História da Guarda.

Revisão da literatura

Façamos o estado da arte quanto à História desta cidade e do seu Município.

Na viragem do século XVII para o século XVIII, António Carvalho da Costa publicou a sua incontornável *Corografia Portuguesa*, em três tomos (1706-1712), na qual nos fornece uma descrição do Município da Guarda e da sua Comarca, assim como da sua Diocese (t. II, 1708).

← Figura n.º 5
Igreja da Misericórdia
no primeiro quartel
do século XX. Fundo de
Fotografia José Osório
da Gama e Castro.
PT/CPF/JOC/000112.
Imagem cedida pelo
Centro Português
de Fotografia

Segue-se Luís Caetano de Sousa, com a sua *Geografia Histórica* em dois volumes (1734-1736), mas que sobre a Guarda pouco adianta, a não ser quanto à sua população em 1732, no volume segundo, uma vez que teria sido efetuado um censo nacional pela Academia Portuguesa de História, para apurar o número de habitantes do Reino.

Entre os anos de publicação destas duas obras, merecem referência os textos manuscritos e impressos que surgiram na sequência da criação da Academia Real da História Portuguesa, extremamente importantes para a história eclesiástica da Diocese da Guarda, nomeadamente o *Catálogo dos bispos da Idanha e Guarda*, de Manuel Pereira da Silva Real (1722); as *Memórias para a história eclesiástica do Bispado da Guarda* (1729), de que se publicou o primeiro volume; e a *Primeira dissertação crítica contra as Memórias para a história do Bispado*, de Francisco de Almeida (1733), que seria fundamental coligir e transcrever, dando origem a uma edição crítica, antecedida de uma introdução que permitisse, entre outros aspetos, situar estas fontes históricas no contexto da época em que foram produzidas.

Nos anos de 1745-1748, saíram os tomos do *Mapa de Portugal* de João Baptista de Castro, obra reeditada em 1762-1763, mas que pouco acrescenta ao que se sabia sobre a Guarda.

Em 1758, são produzidas as *Memórias Paroquiais* do Reino, das quais constam, logicamente, as freguesias do concelho, comarca e diocese da Guarda, que permaneceram manuscritas até inícios do século XXI, como iremos ver.

Em finais do Antigo Regime, surgem duas obras escritas por estrangeiros que, embora de âmbito nacional, descrevem o Município da Guarda: *Estado de Portugal en el año de 1800*, por D. José Cornide, e *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, por Henry Frederick Link, em 1805.

Em 1841, Francisco António da Cunha publica nos *Anais do Concelho de Saúde Pública do Reino* a interessante “Topografia Médica da Cidade da Guarda” (pp. 42-55, 82-100 e 159-160).

As *Consultas das Juntas Gerais dos Distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes*, editadas, pelo menos, entre 1844-1868, dão informações muito valiosas quanto ao concelho e distrito da Guarda.

Entre 1857-1868, dos 11 volumes dos raros e preciosos *Relatórios sobre o estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Reino*, alguns são relativos ao Distrito da Guarda, da responsabilidade do seu Governo Civil, os quais precedem os *Anuários Estatísticos de Portugal*, que, a partir de 1875, também contêm dados importantes sobre o Município guardense.

Em 1865, primeiro ano da publicação de *O Distrito da Guarda*, inicia-se a imprensa periódica local, a qual vai multiplicar-se na viragem do século XIX para o século XX, fornecendo-nos, até ao presente, artigos e informações consideráveis para o estudo da Guarda Contemporânea.

Descrições do concelho da Guarda no século XIX e inícios do século XX, ou melhor, breves apontamentos, temos ainda a de Alexandre Herculano, que aí passou alguns dias a trabalhar no Arquivo da Diocese da Guarda (1853); a da estação do caminho de ferro, de Oliveira Martins (1894), que não chegou a visitar a cidade; a de José Augusto de Castro, republicano e anticlerical (1905); a de Miguel de Unamuno (1908), mais substancial; e a de José Saramago (2022).

As monografias propriamente ditas sobre o concelho, distrito e diocese da Guarda e de algumas das suas freguesias surgem, assim como artigos de revista, a partir das obras de José Osório da Gama e Castro (1902, sobre a Diocese e Distrito, excelente para a época, considerando que não se tratava de um historiador); Joaquim de Vasconcelos (1908); José Augusto de Castro (1932); António Machado de Faria (1934); Pina Manique e Albuquerque (1937); João de Almeida (1937 e 1943); José Manuel Landeiro (1940, para a Diocese); Carlos Augusto de



Oliveira (1940); Carlos Alexandre de Aguiar (1940-1942); José Quelhas Bigotte (1948); José Henriques Barata (1950); João Pessoa (1953, concelho e distrito); Adriano Vasco Rodrigues (1954, 1957, 1958, 1962, 1980, 1983, 1989, 2000, 2001, 2004); Alípio da Rocha (1962); Virgílio José de Melo Carvalho (1963); Pinharanda Gomes (1960, 1969 [*Subsídios para a bibliografia do Distrito da Guarda*], 1970, 1977, 1979, 1981 [*História da Diocese da Guarda*], 1983, 1988, 2000, 2001 e 2013); Manuel dos Santos Caria (1973); Humberto Baquero Moreno (1975); Manuel Joaquim Barroco (1978); Virgílio Afonso (1984); Maria Luísa Ferreira Alves de Almeida (1992); José Fernandes Pereira (1995); José Martins dos Santos (1998); M. V. da Costa Gomes (1997); Lídia Maria Marques Fernandes (1999); e Gracinda Pereira V. e Costa (1999).

No âmbito de trabalhos académicos, com exceção da tese defendida por Manuel dos Santos Caria, apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, sobre a freguesia de Pega, verificamos que a sua maioria esmagadora surgiu já tardiamente, no século XXI, e que são sobretudo dissertações de mestrado, cerca de três dezenas, meritórias sem dúvida – de que nos permitimos sublinhar as de Dulce Helena Pires Borges (2002), Rui Pissarra (2011) e Tiago Tadeu (2011) –, sendo raras as teses de doutoramento sobre a Guarda, sobressaindo as de Maria João Lino Silva Gomes, em 2015, sobre o planeamento urbanístico e morfologia urbana da Guarda, e de Maria do Carmo Mendes, em 2016, sobre o barroco na Diocese da Guarda.

A historiografia tradicional das últimas décadas, continuada através de uma ou outra publicação, passou a coexistir com as revistas de carácter local, regional e ibérico, sobretudo a revista *Altitude*, inicialmente constituindo o *Boletim Mensal da Federação de Municípios da Beira*

↑ Figura n.º 6
Rua Marquês de Pombal,
Guarda, 1963. José dos
Santos Pires, Foto
Hermínios, Guarda.
*A Guarda em Postal
Ilustrado de 1901 a 1970*



↑ Figura n.º 7
Grande Hotel Egítaniense
e Garagem da Sociedade de
Transportes, Lda. Rui Cruz,
Proença & Companhia,
Guarda. *A Guarda em Postal*
Ilustrado de 1901 a 1970

Serra (1941-1944), publicação típica do Estado corporativo, visada pela “Censura da Guarda”, a qual deu posteriormente o nome a outra revista editada pela Assembleia Distrital da Guarda (1980-2010), que desapareceu com o fim dos Governos Cívicos e das Assembleias Distritais, em 2011; e a *Praça Velha – Revista Cultural da Cidade da Guarda* (1997-2020), que continua a publicar-se.

Por outro lado, o Centro de Estudos Ibéricos (CEI), fundado na Guarda em 2001, edita a *Iberografias – Revista de Estudos Ibéricos*, criada em 2005, com raríssimos textos de investigação sobre a história da Guarda, uma vez que não é esse o seu objetivo; e a coleção *Transversalidades*, desde 2008, que fornece um excelente contributo para o estudo dos territórios fronteiriços e relações de Portugal com Espanha, assim como para a história da Guarda e da sua região, publicações estas que, pelo seu rigor científico, cultural e iconográfico, colocam a Guarda no lugar cimeiro do Portugal do Interior.

Entretanto, surgiram nas últimas décadas obras históricas de cunho científico, inovadoras, assentes em fontes documentais, estruturadas de acordo com uma metodologia crítica, problematizante, que nos permite obter uma visão mais rigorosa da realidade socioeconómica, política e cultural da Guarda, sobretudo no período medieval, em meados do século XVIII e na primeira metade do século XX.

Em 1987, Rita Costa Gomes publicou *A Guarda Medieval. Posição, morfologia e sociedade*, o primeiro trabalho de investigação assente em fontes primárias e produzido segundo

metodologia e investigação rigorosa e inovadora quanto à história urbana e ao seu desenvolvimento no período medieval, que continua a ser de consulta indispensável para aquele período.

Também sobre a História da Guarda Medieval, em 1999 e 2006, Maria Helena da Cruz Coelho lançou, respetivamente, os *Forais e foros da Guarda* (com Maria Morujão) e *Um cruzamento de fronteiras. O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes* (com Luís Miguel Rêpas), dois trabalhos exemplares na transcrição, leitura e interpretação de documentos da maior importância para o conhecimento do passado remoto do Município.

Em 2000, com 2.^a edição em 2004, Jaime Ferreira coordenou *A Guarda formosa na primeira metade do século XX*, na qual, reunindo um conjunto significativo de investigadores e estudiosos da história mais recente da cidade, fornece um trabalho profundo sobre alguns aspetos da realidade guardense naquela época, de leitura obrigatória para todos quantos se interessarem pela Guarda no século XX e com alguns textos assentes em fontes históricas, modelares pela sua exaustividade, se bem que limitada nos temas abordados.

Entre 1999 e 2010, Dulce Helena Borges publicou numerosos estudos que fornecem contributos significativos para a História da Guarda, coordenando, em 1999, a inovadora *Guarda. História e cultura judaica*, na qual, por exemplo, Maria Antonieta Garcia deu um importante contributo para o estudo dos judeus e cristãos-novos na Guarda; e, em 2010, a obra *Guarda – Roteiros Republicanos*, valioso estudo sobre o Republicanismo e a Primeira República, bem fundamentado em fontes manuscritas e na imprensa periódica da cidade, e adequadamente integrado na realidade nacional.

Em 2011, Maria Antonieta Garcia coordenou a excelente obra *Euforia breve. Memórias da Primeira República na Guarda*, que nos fornece capítulos sobre a história desta cidade, de interesse desigual, mas na qual a sua coordenadora nos apresenta um exaustivo panorama da evolução política da Guarda naquele período e Carlos Caetano trata adequadamente o urbanismo e arquitetura da cidade no tempo republicano.

Em 2013, José Viriato Capela e Henrique Matos dão ao prelo as *Freguesias do Distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758*, enquadrado na coleção “Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758”, no qual, à semelhança do que se verifica nos sete volumes até então publicados sobre outros distritos, nos oferecem, com base nas fontes referidas no próprio título da obra, que transcrevem, as descrições das freguesias do Município da Guarda produzidas pelos seus párocos, agregando-as pelos limites do concelho atual (não aquelas que o integravam no século XVIII), um retrato único da Guarda e sua região em Setecentos.

Em suma, nas últimas três décadas surgiram algumas obras, revistas e coleções que deram um valioso contributo para a História da Guarda na Idade Média, significativo para os meados do século XVIII e para o século XX (onde, por exemplo, a economia e sociedade continuavam por tratar), mas numerosos períodos históricos e temas continuavam em aberto, como por exemplo, a Pré-história, Proto-história e Romanização; a Guarda no Antigo Regime, dos séculos XVI a 1820 (honrosa exceção para meados do século XVIII), ou seja, a população, estruturas políticas, administrativas e fiscais, economia e sociedade, arte e urbanismo. E após 1820, a evolução administrativa e organização municipal, assim como as biografias dos seus presidentes, dos quais nem a totalidade dos nomes sabemos; o seu Distrito e as biografias dos seus governadores civis; as estruturas e comportamentos demográficos (só a partir de 1864, e de forma sumária); a economia, sociedade, cultura e imprensa (com exceção, para esta última, dos contributos valiosos de Pinharanda Gomes); os acontecimentos políticos, com exceção do primeiro terço do século XX; as transformações do espaço urbano; as relações da cidade com a Espanha; etc.

Numa tentativa de balanço geral, podemos dizer que pouco se sabe quanto à Guarda, nomeadamente sobre a sua Diocese, o seu Município, a Comarca, a Provedoria e o Distrito.

Sobre a cidade e o seu concelho, conhecemos sobretudo a Guarda na Idade Média e na primeira metade do século XX. Mas tanto num caso como noutro, tornam-se necessárias uma *História da Diocese da Guarda*, da qual damos nesta obra um ligeiro apontamento, e uma *História do Município e da Cidade da Guarda*, que agora apresentamos e que abrange o seu passado desde as origens até aos nossos dias, se bem que com algumas lacunas, uma vez que a investigação de base está por fazer e as fontes históricas locais que se conhecem, raras e descontínuas, não nos permitem aprofundar como desejaríamos numerosos temas e problemas, como os leitores terão oportunidade de verificar.

Por isso nos penitenciamos, mas sem fontes documentais não é possível fazer história. Como estudo pioneiro global da História da Guarda, revelámos a sua estrutura, abrimos portas, iluminámos salas escondidas, mas alguns espaços deste multissecular edifício ficaram ainda por desvendar, a desafiar outros investigadores a corrigir erros nossos, mas sobretudo, a colmatar lacunas, pois a História é e será sempre uma construção inacabada.

Estrutura da obra

Esta obra, após um breve enquadramento geográfico do concelho da Guarda, por Rui Jacinto e Lúcio Cunha, encontra-se dividida em 20 capítulos, agrupados em três partes: *A Guarda da Pré-História ao final da Idade Média*, *A Guarda no Antigo Regime (séculos XVI a 1820)* e *A Guarda na Época Contemporânea (1820-2020)*, esta última distribuída por dois volumes.

Quanto às balizas cronológicas escolhidas para este trabalho, a *Primeira Parte* recua ao Paleolítico Superior, por remontarem a esta Era os primeiros povoamentos da região, como atestam os achados arqueológicos que sustentam a investigação efetuada, e vai até aos finais da Idade Média, ou seja, até aos séculos XV-XVI.

A *Segunda Parte* abrange o período que se estende desde o século XVI até ao fim do Antigo Regime em Portugal, expressão traduzida do francês *Ancien Régime* e que constitui uma realidade complexa, designando simultaneamente uma organização política e uma sociedade, instituições, práticas de governo, direito, mentalidades, quase uma “civilização”, segundo Pierre Goubert, que corresponde basicamente à designada Época Moderna.

A *Terceira Parte* desta obra aborda a Guarda no Portugal Contemporâneo (séculos XIX a XXI), herdeira da Revolução Liberal de 1820, que provocou a mais profunda rutura da nossa História, ao dismantelar a estrutura política e social do Antigo Regime. A Guarda, como todo o País, embora lentamente sob o ponto de vista socioeconómico, entra numa fase nova da sua História, que enforma e condiciona, de certo modo, a realidade presente.

Com base nesta estrutura, no capítulo inicial da *Primeira Parte*, André Tomás Santos dedica-se ao estudo do povoamento da região da Guarda durante a Pré-História Antiga (Paleolítico e Mesolítico); Pedro Sobral de Carvalho aborda a Pré-História Recente, das primeiras comunidades agropastoris às elites do Calcolítico; Raquel Vilaça analisa o longo período que compreende a Idade do Ferro e a transição para a Romanidade; e Pedro C. Carvalho centra-se na ocupação romana do território, particularmente no que diz respeito ao processo de conquista, povoamento, viação, economia, sociedade e religião.

Seguindo o fio cronológico, no segundo capítulo, dedicado à Guarda Medieval, abrangendo os séculos XI a XV e estendendo-se a meados do século XVI nalgumas matérias, Maria Helena da Cruz Coelho discorre sobre a modelação do Município da Guarda; Paula Pinto Costa, Cristina Pimenta, Cristina Cunha e Joana Lencart escrevem sobre a Guarda medieval

eclesiástica; e José Augusto de Sottomayor-Pizarro investiga o grupo aristocrático na Guarda medieval. Na parte final deste capítulo, Rita Costa Gomes e Luísa Trindade abordam o mesmo tópico, a formação e desenvolvimento da cidade da Guarda, mas sob duas perspetivas distintas, respetivamente, a génese e evolução da cidade e a materialidade urbanística da Guarda.

A *Segunda Parte*, sobre a Guarda durante o Antigo Regime (século XVI a 1820), contempla oito capítulos, o primeiro dos quais, por Fernando de Sousa, Manuel Nazareth, Diogo Ferreira e Paulo Amorim, trata da população do concelho e da cidade sob o ponto de vista demográfico.

As estruturas político-administrativas e fiscais, como a Câmara Municipal, a Alcaldaria-Mor, o Juízo dos Órfãos, a Provedoria, a Comarca e o Almojarifado, são tratadas por Fernando de Sousa e Ricardo Rocha. Os mesmos autores analisam depois a Economia da Guarda no Antigo Regime, dividida em três setores principais: agricultura e pecuária, indústria e comércio.

No capítulo sobre a sociedade da Guarda no Antigo Regime, Ana Isabel Coelho Silva e Fernando de Sousa investigam aspetos como a estratificação e mobilidade social; as classes sociais – clero, nobreza (esta, por José Augusto de Sottomayor-Pizarro), burguesia e povo; os conflitos sociais que então se verificavam; e, com a colaboração de Bruno Rodrigues, os conflitos militares com algum impacto no território da Guarda, sobretudo as Invasões Francesas. Devido à relevância e especificidade do tema, a presença dos judeus e cristãos-novos na Guarda é objeto de capítulo próprio, por Maria Antonieta Garcia.

Nos três últimos capítulos desta Parte, Maria de Lurdes Craveiro centra-se no património artístico guardense, Carlos Caetano analisa o urbanismo e a arquitetura e José Pedro Paiva aborda a Guarda eclesiástica, sobretudo no que concerne ao governo da Diocese e seus prelados.

Na *Terceira Parte*, são abordados, quanto aos últimos dois séculos da história da Guarda, as estruturas e comportamentos demográficos, por Manuel Nazareth, Rui Jacinto, Fernando de Sousa, Diogo Ferreira e Paulo Amorim; a evolução administrativa e organização do poder municipal, por Fernando de Sousa e Ricardo Rocha; e a lenta transformação da economia da Guarda, por Fernando de Sousa e Ricardo Rocha no que concerne ao século XIX, e por Francisco Cepeda quanto ao século XX e até à atualidade.

No capítulo relativo à sociedade, Fernando de Sousa, José Pedro Paiva e Ricardo Rocha abordam a evolução da população por setores de atividade e o clero; Ricardo Rocha investiga o associativismo no concelho da Guarda; e Dulce Helena Borges historia as principais instituições da cidade, com especial enfoque nas de carácter assistencial, contando com a colaboração de Aires Diniz relativamente à Associação Comercial e Industrial da Guarda.

Segue-se o capítulo dedicado à educação e cultura, no qual António José de Almeida, Fernando de Sousa, Dulce Helena Borges e Ricardo Rocha começam por analisar a progressiva alfabetização da população guardense e os diversos estabelecimentos de ensino que foram surgindo (e desaparecendo). Em seguida, Joaquim Brigas, Maria de Lourdes Machado-Taylor e Luís Marques analisam as origens e evolução do Instituto Politécnico da Guarda, com o contributo de Francisco Cepeda quanto ao impacto regional do IPG. Na segunda vertente deste capítulo, Dulce Helena Borges faz uma síntese das principais instituições culturais que existiram – e, nalguns casos, continuam a existir – na cidade, com os contributos de Levi Manuel Coelho relativamente ao Arquivo Distrital da Guarda e de Rui Jacinto quanto ao Centro de Estudos Ibéricos.

A imprensa periódica da Guarda, desde a criação do primeiro jornal em 1865 à atualidade, pela sua extensão e particularidade do seu objeto de estudo, ficou reservada para capítulo autónomo, por Dulce Helena Borges, Anabela Matias, Fernando de Sousa e Manuel Pinto Teixeira.

O capítulo seguinte, da autoria de Maria Antonieta Garcia, Fernando de Sousa e Ricardo Rocha, trata dos principais acontecimentos políticos e militares – boa parte deles, político-militares,

isto é, em que as duas vertentes se apresentam indelevelmente associadas –, que tiveram repercussões na Guarda, desde a Revolução Liberal de 1820 à Revolução do 25 de Abril de 1974.

As transformações do espaço urbano da Guarda nos últimos 200 anos, mormente ao nível do urbanismo e da arquitetura, são objeto da detalhada análise de Carlos Caetano, com um contributo de Maria de Lurdes Craveiro; a cultura material (alimentação, vestuário, habitação rural) e as infraestruturas (água, saneamento e eletricidade) são abordadas por Fernando de Sousa, Ricardo Rocha e Dulce Helena Borges; e uma síntese das relações da Guarda com Espanha foi realizada por Rui Jacinto, Valentín Cabero Diéguez e Maria Manuela Tavares Ribeiro.

A obra termina com uma conclusão geral, onde, procurando fazer uma síntese deste estudo, apresentamos uma reflexão e problematização sobre o nascimento da Guarda e a sua evolução ao longo dos séculos, nas múltiplas vertentes abordadas nos diferentes capítulos.

Por fim, é apresentada uma cronologia da História da Guarda, por Ricardo Rocha e Diogo Ferreira, as fontes e bibliografia utilizadas para esta investigação, as notas biográficas dos autores, o índice dos quadros e gráficos e um índice analítico com os principais topónimos e antropónimos que constam deste trabalho.

Embora referenciando os principais responsáveis por cada um dos seus capítulos, a verdade é que esta se trata de uma obra coletiva coordenada pela equipa de investigação do CEPESE, à qual associámos investigadores de outros centros e universidades. Todos os autores, para além de privilegiarem e tratarem os capítulos que escreveram, puderam dar achegas e sugestões para os assuntos desenvolvidos por outros investigadores da equipa e proceder a uma leitura crítica do texto final. Acrescente-se que, por uma questão de harmonização e coerência entre os vários capítulos que compõem esta obra, e também para maior facilidade de leitura, a redação segue o Acordo Ortográfico de 1990, inclusive na maior parte das transcrições – excetuam-se, por motivos óbvios, os textos escritos em português arcaico.

Tivemos em atenção que esta *História da Guarda* se destina ao grande público. Em bom rigor, deveria constituir uma síntese das fontes e bibliografia já publicadas, mas tal não aconteceu pelas razões já explicitadas. Há capítulos com um elevado grau de profundidade e temas que são apenas aflorados, não só porque escasseiam as fontes, mas também porque uma pesquisa mais alargada nos arquivos nacionais era incompatível com a duração deste projeto e com a grave pandemia que afetou Portugal em 2020-2021, impedindo ou limitando fortemente a investigação que pretendíamos desenvolver em arquivos e bibliotecas.

Pensamos, contudo, que dois fatores, pelo menos, justificam ainda assim esta publicação.

Em primeiro lugar, porque é a primeira vez que se lança uma História da Guarda desde a Pré-história ao presente, agregando em torno deste Projeto do CEPESE alguns dos melhores investigadores que a poderiam fazer. Terá erros, lacunas? Certamente. Mas construiu-se um edifício pioneiro, com os alicerces fundamentais para se conhecer o passado desta cidade e do seu concelho, cronologicamente encadeado, abrindo diálogos, levantando temas e colocando problemas situados no tempo e no espaço, que assim se faz a História.

Em segundo lugar, porque chamamos a atenção para numerosas fontes históricas, manuscritas e impressas, que por vezes transcrevemos, total ou parcialmente, até hoje inéditas, no mínimo inaproveitadas, a justificar empiricamente que, sem fontes, não é possível escrever História.

Esperamos, enfim, que esta História da Guarda, fruto de uma investigação rigorosa, mas obrigatoriamente incompleta – muitos dos temas aqui tratados dariam teses de doutoramento –, permita um conhecimento inteligível do seu passado, uma melhor compreensão do presente e sirva não só para reforçar a identidade cultural desta cidade, mas também de inspiração e até,

porventura, de referência para o futuro – e que possa vir a ser ultrapassada por outros estudos que inevitavelmente continuarão a surgir sobre esta cidade da Beira Interior, o que seria para todos nós motivo de regozijo.

Resta-nos agradecer a todas as instituições que nos facultaram a consulta de fundos documentais, bibliográficos e iconográficos, na pessoa dos diretores ou responsáveis das mesmas: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Arquivo Distrital da Guarda; Biblioteca Municipal da Guarda; Museu Municipal da Guarda; Arquivo Municipal da Guarda; Biblioteca Nacional; Cúria Diocesana da Guarda; Rádio Altitude; Centro de Estudos Ibéricos, Centro Cultural da Guarda; Liga dos Servos de Jesus; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Egita-nienses; e Centro Português de Fotografia.

A todos aqueles, professores e investigadores, que nos deram a honra de aceitar o convite para colaborar nesta obra, que foi crescendo mais do que pretendíamos, mas que, pela sua qualidade e pelo investimento que muitos deles fizeram nos textos apresentados, seniores e juniores, inibi-ram o nosso trabalho de coordenação quanto à dimensão da obra – embora, contra a nossa von-tade, tivéssemos necessidade de reduzir e harmonizar alguns deles, pelo que nos penitenciamos.

Ao professor David Justino, pelas sugestões e leitura crítica dos textos sobre a economia da Guarda no século XIX.

Aos doutores Carlos Caetano e Dulce Helena Borges, que se revelaram fundamentais para o esclarecimento de várias dúvidas e questões que foram sendo suscitadas ao longo do projeto, demonstrando sempre uma enorme disponibilidade.

Ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, por todo o apoio que concedeu à produção desta obra.

Um agradecimento especial a algumas pessoas que conosco colaboraram mais de perto neste projeto, sobretudo no que à recolha iconográfica diz respeito, nomeadamente a Gisela Fernandes e Luís Gomes (Arquivo Municipal da Guarda); Ana Silva, Leandro Martins e Natividade Gonçalves (BMEL); Fátima Barbosa (Museu da Guarda); Alexandra Isidro (Centro de Estudos Ibéricos); padre Daniel Cordeiro (Secretariado Diocesano de Liturgia da Guarda); e ao Dr. Vítor Pereira, da Gestão de Museus, Património Cultural e Arqueologia da Câmara Municipal da Guarda, principal interlocutor entre a equipa do CEPESE e as várias entidades municipais a que recorremos.

Finalmente, à Câmara Municipal da Guarda, na pessoa dos presidentes que desencadea-ram e acompanharam este processo, doutor Álvaro Amaro, doutor Carlos Chaves Monteiro e engenheiro Sérgio Costa, e ao Instituto Politécnico da Guarda, na pessoa do seu presidente, professor doutor Joaquim Brigas, pela forma exemplar e empenhada como todos eles prom-overam e patrocinaram este projeto de investigação.